

ISSN 2525-6904



DIÁRIOS DE CAMPO

## Reflexões críticas da mesa “Ser ‘gay’ de interior”

Vivências, existências e resistências político-afetivas

Cleyton FEITOSA, *Universidade de Brasília*

Elder Luan dos Santos SILVA, *Universidade Federal da Bahia*

Vinícius Santos da Silva ZACARIAS, *Universidade Federal da Bahia*

---

A mesa-redonda, criticamente refletida nesse artigo, foi apresentada por três “*gays*” de interior que também assinam a autoria do texto e atualmente desenvolvem pesquisas de doutoramento que versam sobre a (re)existência de LGBTs no âmbito educacional, político e cultural. A partir de suas experiências interioranas os autores refletem como é ser um gay de interior e as barreiras encontradas para o exercício da cidadania e para a constituição de redes de sociabilidade. A discussão é desenvolvida em três momentos. Primeiro, discutimos as barreiras à cidadania de homossexuais masculinos no interior. Em seguida, refletimos sobre nossas vivências em três contextos interioranos distintos. Por fim, nos posicionamos sobre a importância de politizar a experiência como *modus* de transformação dos lugares em que vivemos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Redes de Sociabilidade. Homossexualidade. Cidadania LGBT.

---



## Introdução

Começamos a apresentação dizendo da satisfação em contribuir para o presente dossiê com a discussão sobre a vida social de "gays" no contexto regionalista que relaciona metrópoles a interiores, com foco no Nordeste brasileiro. O objetivo deste trabalho é sistematizar as principais reflexões tecidas em uma Mesa-Redonda ocorrida no âmbito do Congresso Virtual da UFBA 2020, intitulada “Ser ‘Gay’ de Interior: vivências, existências e resistências” e que foi composta pelos autores do presente manuscrito<sup>1</sup>. A intenção daquela Mesa foi revelar as experiências, através de abordagem interdisciplinar nas Ciências Humanas e Sociais, para melhor compreensão de sentidos em torno das identidades sexuais e de gênero nas pequenas cidades brasileiras.

Ao longo do tempo, a ideia liberal e capitalista de “liberdade sexual” firmou-se palco das metrópoles a partir da construção dos guetos e dos ambientes de sociabilidade clandestinos (MACRAE, 2005), escondidos na vida noturna das avenidas comerciais das capitais, a exemplo da Avenida Carlos Gomes e do Beco dos Artistas na Praça Castro Alves em Salvador/BA ou nos guetos do bairro da Boa Vista em Recife/PE. Lugares onde pessoas tidas como "entendidas", termo tradicionalmente usado para referir-se a pessoas com desobediência a moral dos comportamento sexuais, reuniam-se para viver de forma plena e sem pudor suas práticas culturais e desejos.

Até meados dos anos 90, com o surgimento dos estudos de subalternidade (SPIVAK, 2010), esses becos noturnos das capitais, metrópoles do avanço, progresso e modernidade, se tornaram espaços propícios a uma espécie de “resistência pública” de gays, lésbicas e simpatizantes (GLS). Desde quando registrado a primeira pessoa sexo discordante no mundo, o fato de simplesmente viver se tornou ato político. Com as modificações da luta pelos direitos civis que deu-se, em grande medida, no campo cultural, agora a então chamada comunidade de lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transgêneros, intersexos, assexuados e queers (LGBTQIA+) não mais demarca lugar no espaço público das metrópoles, mas também disputa o consumo, mídias e narrativas, com direito a audácia de “patrimonialização de territórios de *fechações*” (DA SILVA ZACARIAS, 2019).

---

<sup>1</sup> Esta Mesa-Redonda aconteceu no dia 29 de maio de 2020 e pode ser vista na íntegra em: <https://www.facebook.com/watch/?v=695097997931129>. Acesso em: 18/06/2020.



Porém, somado a toda essa incansável luta para conquista de sociabilidade urbana estão os interiores brasileiros, guardiões de peculiares conflituosas, ambíguas, sigilosas e contraditórias relações sexuais em torno de sujeitos dissidentes. Os paradoxos das violências materiais e simbólicas fazem com que o “sonho de princesa”<sup>2</sup> de muitos sexo discordantes recentemente assumidos seja o de viver na capital, longe do então preconceito sufocante do interior. Interiores entendidos enquanto pequenas cidades de poucos recursos econômicos, caracterizadas pelas relações cívicas confundirem-se com as familiares, pela existência de códigos geracionais e comunitários de conduta e, sobretudo, onde o patrimonialismo impera nas relações de emancipação econômica (LEAL, 2012), essa última, tão necessária para muitos “*gays*” se libertarem-se do armário (SEDGWICK, 2007).

A partir disso, cabe referência a pesquisa de Mestrado desenvolvida no Recôncavo da Bahia, especificamente a um traçado do campo ocorrido na cidade de Cruz das Almas/BA, que faz relação a arte como alternativa comum para trajetória de trabalho de “viados de fanfarra” na Bahia. Neste trecho, o trabalho apresenta uma problematização a partir das expectativas profissionais de jovens homens negros “*gays*” de interior que encontram apenas no fazer artístico oportunidades de trabalho.

Os dons para arte e criatividade cênica são atributos geralmente associados para homens *gays* no imaginário social. Como se a arte fosse uma alternativa comum para sujeitos desprovidos de condições de vidas formais, por desobedecerem as normas da masculinidade hegemônica. São estereótipos que reduzem. O primeiro estereótipo vai em direção à arte como apenas um utensílio para entretenimento, a “cereja do bolo” de decorações e ornamentos; o segundo estereótipo se dá por serem os *gays* responsáveis por essa arte utensiliar. Determinando, assim, seus lugares e ocupações sociais: *gays* que servem apenas para o entretenimento e decoração. Esses estereótipos da arte “sem importância” e dos *gays* como seus maiores fazedores firmam o atributo do masculino heterossexual como o símbolo de poder e decisão.

Durante todo o trabalho de campo, nas conversas aleatórias ou entrevistas formais feitas com os interlocutores, eu perguntava sobre suas ocupações profissionais. A maioria deles trabalha na informalidade com arte, seja com dança ou artes plásticas, na

---

2 Expressão popular do pajubá (BARROSO, 2017) para designar o desejo de realização ideal.



prestação de serviços artísticos para projetos escolares, ou são contratados por Prefeituras para produzirem ornamentações de festejos tradicionais, dentre outros. Profa. Ozana, diretora do Colégio Estadual Rômulo Galvão, escola que abriga a fanfarra da instituição – FANFACERG, me disse em uma das nossas conversas que ainda permite que Vilmar participe das fanfarras para poder ajudá-lo, pois consegue pagar a ele um pequeno cachê proveniente de um recurso destinado a atividades extracurriculares. (SILVA, 2019, p. 73).

Os *gays*, imaginados socialmente pela ausência de competências de gerir ou governar, têm suas existências e produções desconsideradas ou reduzidas ao mero humorístico. Esse é um estigma que a *fechação* pode carregar nos sentidos de fora do universo dos balizadores de fanfarra, em que o termo é regido por outros significados.

São essas existências, resistências e práticas político-afetivas que aquela Mesa-Redonda se propôs a dialogar e que o manuscrito pretende explorar. Um convite a pesquisadores das Ciências Humanas e Sociais adentrarem neste profundo Brasil a fim de etno-situar, alargar, rever ou contestar nossas compreensões dos termos como “opressão”, “homofobia”, “representatividade”, “liberdade”, dentre outras. Nos interiores do Brasil, as vidas “sexo-sociais” são muito mais complexa do que possamos imaginar, lugares onde o tradicional beija o subversivo num rito religioso cristão, “homossexuais de respeito” e poligamia legitimada, por exemplo. Os interiores são campos férteis para entender a sexualidade humana e as disputas em torno das identidades dissidentes com alto grau de relatividade. Afinal, não podemos cair na armadilha que viver a liberdade sexual é estar preso na cosmo política urbana.

A Mesa, trazida nesse artigo, foi apresentada por três “*gays*”<sup>3</sup> de interior que, como dito, também assinam a autoria desse texto e atualmente desenvolvem pesquisas de doutoramento que versam sobre a (re)existência de LGBTs no âmbito educacional, político e cultural. A partir de suas experiências interioranas desde a infância, correlacionadas com suas vivências político-afetivas no movimento LGBT e na pesquisa em gênero e sexualidade, os autores refletem como é ser um gay de

---

3 Tivemos o cuidado na construção da temática ao transcrever “*gays*” entre aspas pelo entendimento de que a importação desta categoria, muitas vezes forjada sob ambientes capitalistas para higienização de corpos, não se adequa ao nosso contexto interiorano. No entanto, por ser um termo usual no Brasil, aderimos no texto, porém sem absoluta intenção de normatização das identidades.



interior. A discussão está desenvolvida em três momentos. Primeiro, discutiremos as barreiras à cidadania gay no interior. Em seguida, refletiremos sobre as vivências de três *gays* de interior em contextos interioranos distintos, e por fim nos posicionamos sobre a importância de politizar a experiência como modus de transformação dos lugares que vivemos.

## Barreiras à cidadania gay no interior

Como ponto de partida, é importante reconhecer a relevância acadêmica e social dessa temática. Ainda que existam estudos a respeito, a questão da territorialidade na vida da população homossexual ainda é uma lacuna no campo científico. O movimento LGBT tem um histórico bastante urbanocêntrico. A emergência do SOMOS - Grupo de Afirmação Homossexual (MACRAE, 2018) e do surgimento do movimento em 1978 em São Paulo (TREVISAN, 2018; SIMÕES; FACCHINI, 2009) torna, muitas vezes, a ideia de uma militância nessa área algo distante, que não caberia no interior e em outras localidades afastadas do centro.

Uma dimensão interessante a se demarcar é que nossas reflexões surgem desde o interior do Nordeste, já que os autores são naturais dessa região. Significa dizer que falamos de um ponto específico do Brasil, afinal nosso país possui múltiplos interiores: o interior de Minas, o interior goiano, os interiores do Norte, do Sudeste e do Sul. O Brasil é um país continental, heterogêneo e o Nordeste, uma região muito complexa, considerando que conta com várias cidades de pequeno e médio porte e possui indicadores de desenvolvimento humano (IDH) abaixo de outras regiões.

Também é importante lembrar sobre as diferenças entre o próprio interior. Há cidades de médio porte que contabilizam uma média de 400 a 500 mil habitantes, com públicos flutuantes, e há cidades de pequeno porte, que muitas vezes se relacionam com essas de tamanho médio em virtude de atividades comerciais, econômicas, sociais, etc. Então, o interior também é marcado por uma grande diversidade de características.

Outra advertência é que nossas reflexões não almejam reforçar estigmas sobre o interior, mas pretende refletir criticamente sobre as barreiras que *gays* encontram no exercício da cidadania. Essa advertência é necessária para que não criemos binarismos hierárquicos



entre o interior e a capital, onde o centro é tido como local de virtude e o interior território de infortúnios. Temos ciência de que muitas das coisas aqui colocadas também são encontradas nas capitais e metrópoles do país.

Sobre as identidades abordadas, em determinadas passagens falamos “*gays*” porque foi o foco da Mesa-Redonda apresentada no Congresso Virtual da UFBA, mas em outros momentos falamos “LGBT” porque são experiências comuns, compartilhadas entre as identidades dissidentes de gênero e sexualidade. E também em alguns momentos tratamos de identidades específicas, como por exemplo travestis e transexuais, quando exploramos demandas específicas.

O primeiro ponto que gostaríamos de refletir é quanto à ideia de “comunidade”, uma vez que essa ideia é muito vívida no interior. É comum ver cidadãos de metrópoles brasileiras relatarem que as pessoas não se falam no espaço público, não se veem, não saem às ruas, não conversam. Aparentemente, essa questão da comunidade, de um bairro, é mais fortalecida nos interiores. Contudo, embora “comunidade” seja um conceito que remeta à ideia de proteção, de identificação, de agrupamento, de colaboração mútua entre pares de uma mesma localidade, é também território de violência contra *gays*. Porque na comunidade é normal que as pessoas se conheçam e muitas vezes não haja respeito a privacidade. E a sexualidade é uma dimensão relevante da privacidade. Há relatos de *gays* de que nas suas comunidades há “fococas” sobre suas vidas íntimas.

A questão comunitária nos remete em alguma medida ao conceito de família. A ideia de família também foi construída como um ambiente de proteção, de afeto, de cuidado, mas na experiência gay, na experiência LGBT, é recorrente que esta seja um lugar de violências (SCHULMAN, 2010). Tanto na família, quanto na escola, a homofobia opera de maneira intensa. Seja por meio da ofensa, do *bullying*, seja por meio do silenciamento dos profissionais da escola e dos pais, que não tratam adequadamente da questão (SANTOS, 2019).

Outra característica marcante do interior é que a vivência sexual e afetiva é permeada por estigmas e repressão, alimentada por religiosidades conservadoras e por padrões morais. Esse quadro promove uma vivência clandestina da sexualidade. Exemplo concreto disso é quando homossexuais baixam a cabeça no automóvel ao adentrarem hotéis para não ser identificados, isso quando esses



estabelecimentos existem na cidade. É possível notar também que *gays* frequentemente escondem seus rostos nos aplicativos de paquera e sexo. No *Grindr* e no *Scruff*, boa parte dos usuários do interior não querem se identificar. Não é que nas capitais não hajam homossexuais que queiram manter sigilo sobre suas identidades, mas há uma quantidade significativa de usuários que se expõem com mais liberdade, tranquilidade e autonomia, indicando uma tendência de grande repressão no interior.

E aí existe um outro problema decorrente disso. Às vezes, relacionar-se com homens que estão no armário, nos interiores, pode representar um risco à integridade física e psicológica de *gays*. Há vários casos de *gays* ou travestis que sofreram violências após publicizarem que “ficaram” com determinado homens, justamente porque não poderiam ter “denunciado” que transaram com esses homens, por terem “desonrado” suas imagens viris e respeitáveis na comunidade.

Frequentar boates e baladas LGBT nesse contexto também pode ser motivo de desconforto para algumas pessoas. Isso quando elas existem, porque há muitas cidades no interior que não contam com espaços de sociabilidade LGBT. A ausência de espaços de sociabilidade ou a pouca opção de lugares gera dificuldades em fazer novas amizades, encontrar parcerias sexuais, sentir-se pertencido a uma comunidade de iguais, prejudicando, de certa forma, a autoestima. Sabemos que normalmente as grandes capitais são abastecidas de variados espaços, bares, boates, pubs, saunas, entre outros (FRANÇA, 2006).

Esse conjunto de desafios, à liberdade e à privacidade, promovem o desejo de mudança para as capitais. É comum que *gays* queiram migrar dos seus interiores para grandes centros, que também possuem seus problemas específicos. A violência urbana é muito forte nas capitais, a solidão, a adaptação cultural, o distanciamento de uma rede afetiva de familiares, de parentes. Só que essa mudança para a capital permite uma vivência mais plena da sexualidade em face justamente dessa impessoalidade que existe nesses territórios.

Além dos aspectos culturais, sociais e políticos da sexualidade, as dimensões de desenvolvimento social e econômico também pesam desfavoravelmente contra o interior e também afetam a população gay. A presença nas capitais de boas escolas, faculdades, universidades, teatros, shows, apresentações culturais faz muita diferença. A existência de um mercado de trabalho diverso, com possibilidade de bons empregos, sem



indicações interpessoais ou políticas que acontecem no interior, com carreiras promissoras, boas oportunidades para construir o futuro, atraem o público interiorano. O estabelecimento de uma rede de saúde mais estruturada que permite o atendimento de demandas nessa área também é outro fator de atração. Muitas vezes, fazer o teste de HIV ou recolher medicamentos para tratamentos de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) no interior é motivo de desconforto e constrangimentos (MELLO, 2011).

Um exemplo concreto dessa problemática relatada são as carreiras acadêmicas. A ausência de universidades no interior ou de cursos em nível de Pós-Graduação *stricto sensu* leva, fatalmente, estudantes para as capitais. Além disso, o debate sobre diversidade sexual e de gênero é muito fragilizado na graduação, dependendo das inclinações de docentes que abordem o tema. Também faltam cursos de Ciências Humanas e Sociais, que são os que mais trabalham a temática. Em síntese, é muito frágil o debate científico sobre diversidade sexual e de gênero nas universidades do interior porque essas próprias universidades ainda estão se estruturando, têm poucos cursos e muitas vezes foram implantadas observando metas de desenvolvimento econômico ou de vocação econômica da região.

Outro problema do interior nordestino é a baixa cultura associativista e a predominância de práticas clientelistas na política municipal (BARROS, 2002). Dessa maneira, sindicatos, movimentos e associações tendem a ser cooptados por lideranças políticas locais, vereadores e prefeitos. Os partidos políticos são fracamente institucionalizados e em muitos casos são dominados por famílias políticas, clãs, que detêm o poder político e econômico da cidade, dificultando a participação e inserção de *gays* na política institucional.

Por exemplo, no campo do movimento LGBT, para falar da sociedade civil, também faltam organizações, coletivos LGBT, para prestar assistência mínima e formar novas lideranças. Em toda capital existe uma Organização Não-Governamental (ONG) ou um grupo LGBT que está ali e com muita dificuldade pauta a questão, mas muitas vezes no interior nem isso existe. E esses ativistas da capital também não se deslocam até o interior para formar novas lideranças.

Em decorrência dessa cultura política problemática, exercer o controle social, fiscalizar as políticas públicas, denunciar os problemas da gestão municipal, tornam-se robustos desafios, quando não um risco





à integridade física dos atores sociais porque eles ficam “marcados”, são pessoas que se destacam nos interiores. Os partidos são dominados por famílias e, fatalmente, os atores políticos acabam se associando a uma dessas famílias. Não há disputas no campo ideológico dos partidos. Assim, participar da política no interior é muito difícil e para a população LGBT mais ainda, dada a cultura patriarcal predominante nesses contextos.

Quando existem partidos de esquerda mais organizados, que realizam alguma oposição ou exercem algum controle social, estes são dirigidos internamente por homens heterossexuais que não dão importância à temática da diversidade sexual e de gênero. Isso implica em uma exclusão de *gays* engajados na vida política do município, porque não lhes é conferido apoio ou incentivos à ocupação de espaços de poder, por exemplo, na direção do partido, em incentivos à candidaturas, à presença no parlamento, ocasionando uma ausência de representação nas câmaras de vereadores ou nos cargos de gestão pública (FEITOSA, 2017). É comum que *gays* que ocupem esses postos não pautem a questão LGBT ou estejam no “armário” (SEDGWICK, 2007).

No Brasil nunca existiu uma política de direitos humanos LGBT mais consistente (MELLO et al, 2012a, 2012b, 2012c; FEITOSA, 2017). Mas as capitais são mais bem assistidas por estruturas públicas e equipamentos que possibilitam a realização de campanhas educativas ou o estabelecimento de uma rede de proteção social, como a existência de Centros de Referência LGBT, por exemplo. Geralmente, as capitais têm uma assessoria, uma coordenadoria, alguma gerência de direitos humanos com recorte LGBT, que inexistem no interior.

Apesar dos inúmeros desafios, há muitos *gays*, muitas pessoas LGBT, que resistem a todas essas barreiras e tentam superar esses limites, destacando-se no município, na sua comunidade, articulando-se com atores da capital, migrando de volta para as suas regiões interioranas. Muita gente viaja para a capital, se forma ou se estabiliza economicamente e depois volta para o interior. É curioso perceber que boa parte de *gays* que se mudaram para os centros urbanos nunca se esquecem de suas cidades de origem e falam com muito carinho e afetividade dos seus interiores. Uns querem voltar, outros visitar parentes e amigos. Porque em vários casos é apenas essa rede de afetividade que vincula *gays* ao interior, uma vez que essas médias e pequenas cidades foram muito cruéis com eles.



## Desvelando as experiências: sendo gay em contextos interioranos específicos

As produções que se dedicam a pensar os espaços de sociabilidades, as construções da identidade das pessoas LGBT e em especial de pessoas *gays* no interior ainda são inexpressivas, não havendo ainda grandes iniciativas acadêmicas que se dediquem a mapear essas experiências. Em geral, as pesquisas que falam de sociabilidade de pessoas LGBT, refletem sobre a transformação dos espaços públicos e pensam esses processos nas capitais e em regiões metropolitanas.

Os textos clássicos que refletem sobre a transformação daquilo que antes eram chamados de guetos de sociabilidade e vivência sexual em territórios de manifestação do orgulho e lugares de vivências afetivo-sexual, pensam essas questões especificamente nos grandes contextos urbanos. Boa parte desses estudos sobre as vivências e sociabilidades de pessoas *gays* vão dar conta de pensar que antes a vivência LGBT era muito mais *guetizada* e de que com o passar do tempo, especialmente nos últimos anos, ocorreu uma transformação de espaços públicos e privados em territórios de orgulho e instituição da expressão e do afeto LGBT.

Não dá para falar de Redes de Sociabilidade LGBT sem acionar ao debate a noção de gueto utilizada por Macrae (2018), Perlongher (1987) e Parker (2002), devido ao fato dessas redes terem se constituído de forma localizada, em espaços e áreas específicas, a exemplo da criação dos guetos *gays* em áreas urbanas americanas, ocupadas majoritariamente por pessoas LGBT, onde os desviantes e desviados eram aceitos.

A criação desses guetos para sujeitos com vivências e expressões de gênero e sexualidade não normativas veio, segundo Parker (2002), com a urbanização e modernização das cidades e o preconceito e as dificuldades de homossociabilização em espaços públicos. Entre as décadas de 80-90, uma subcultura gay começa a ser gestada a partir de uma geografia sexual que possibilitava o encontro de homens com homens em espaços públicos, porém mais reservados. A procura por esses lugares vinha atrelada a necessidade de encontrar-se em espaços onde houvesse maior segurança de ataques violentos (MACRAE, 2018).



Essa compreensão também norteou trabalhos que investigaram os processos de sociabilidade gay em Salvador. Nascimento e Fernandez (2010) trabalham com a noção de Gueto a partir de Wirth (1967), para pensar os modos como a população homossexual de Salvador ocupava os espaços públicos e privados ao final da primeira década dos anos 2000. No caso de Salvador, os autores empregam a noção de gueto com ressalvas, por verificar que havia na cidade ocupações esparsas de múltiplos usos do espaço público em regiões diferenciadas, desde ocupações no centro da cidade, mais especificamente no Campo Grande, Barris e Centro Histórico, até bairros nobres, como a Barra e regiões de orla como a Boca do Rio, mas que, em alguma medida se limitavam aqueles contextos específicos de sociabilidade.

Parker (2002), Macrae (2018), Perlongher (1987) e Castells (1999) argumentam que as redes de sociabilidades, formadas a partir dos agrupamentos guetizados, contribuíram e contribuem na construção da identidade e nos processos de auto-organização, garantindo condições de existência e manifestação identitárias de pessoas LGBT. Entretanto, a ideia de gueto e do processo de transformação e construção das identidades a partir desses (e nesses) lugares, por ter se dado muito fortemente nas capitais e grandes centros urbanos, não se relaciona totalmente com o processo de construção da identidade e de vivência dessa sociabilidade nos interiores onde quase não há redes de sociabilidade, sejam elas guetizadas ou não.

A partir dessa constatação e da nossa própria experiência e inquietação enquanto homens *gays* interioranos é que acontece essa articulação transposta nesse texto para pensar como se deu a nossa vivência e a construção da nossa identidade gay no interior. Assim como já foi ressaltado anteriormente, é importante lembrar que precisamos falar de múltiplos interiores porque não há como estabelecer uma vivência interiorana padrão e universalizada na experiência LGBT.

Existirão experiências que se aproximam dos aspectos que levantamos aqui, assim como existirão experiências que se distanciam. Entretanto, o que queremos registrar é que cada interior e cada território vai proporcionar um processo diferente de experimentação e vivência da sexualidade, mesmo que haja entre eles similaridades, especialmente aquelas relacionadas ao preconceito, vigilância e disciplinarização de corpos exercida pela escola, família e igreja (FERRARI; BARBOSA, 2014).



Ressaltamos aqui que entendemos a construção das expressões de gêneros e sexualidades como discursivas e não essenciais, manipuladas pelas relações de poder que atravessam as subjetividades dos sujeitos (FERRARI; BARBOSA, 2014). Nesse sentido, as próprias noções que são acionadas para caracterizar a homossexualidade, o homossexual e a pessoas LGBT são também produto das discursividades locais através das interferências produzidas pelos discursos religiosos, políticos, médicos e educacionais.

Entendemos que, a partir do que já foi discutido até aqui, pensar a experiência gay interiorana em lugares distintos, não só lugares geográficos, como lugares sociais, afetivos e sexuais, pode fornecer pistas para pensarmos nos processos de sociabilidades interioranas e construção da cidadania de pessoas LGBT, particularmente de homens *gays*, foco principal desse texto. Como instrumento de análise, acionaremos nesse tópico nossas vivências e experiências em três contextos interioranos: os municípios de Ponto Novo, o Recôncavo da Bahia, e a cidade de Caruaru em Pernambuco.

Ponto Novo tem pouco mais de 15.000 habitantes e se localiza no Território do Piemonte Norte do Itapicurú, a 316 km de Salvador, no chamado Sertão baiano. Muritiba e Cachoeira, respectivamente com 29.387 e 33.861 habitantes, são cidades vizinhas que se localizam no Recôncavo Baiano, a pouco mais de 100 km da capital, no berço dos movimentos de independência da Bahia. Cachoeira é conhecida como cidade universitária por sediar o Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade do Recôncavo da Bahia. Caruaru, mesmo não fazendo parte da região metropolitana do Recife e estando localizada no Agreste de Pernambuco, a 137km da capital, é uma cidade com população estimada em 361.118 habitantes<sup>4</sup>. A vivência e a constituição da identidade nesses territórios são completamente diferentes, embora façam parte da região Nordeste.

Um aspecto comum entre as nossas cidades de origem é a predominância da ideia de comunidade que na vivência LGBT se traduz em um instrumento de vigilância e controle das moralidades, já que a vida privada é cotidianamente exposta, publicizada e compartilhada com a comunidade local, numa quase que extensão da própria família. Sempre haverá ali alguém que te conhece, que conhece a sua família, e

---

<sup>4</sup> Os dados habitacionais dos municípios citados têm como fonte o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



que exercerá o poder simbólico de controle corporal sobre as manifestações sexuais dissidentes, seja na escola, na rua ou nos espaços de lazer. Essa vigilância, tal qual ressaltam Ferrari e Barbosa (2014) é produtiva das relações subalternas, dos afetos marginalizados, das vivências nos armários, do sexo proibido, e de uma vivência homossexual que não é pública e nem pronunciada, mas que não deixa de existir e assim também de resistir (FERRARI E BARBOSA, 2014).

Nesse aspecto, especialmente no que tange as vivências e sociabilidades LGBT, a primeira grande diferença que percebemos entre Cachoeira, Muritiba e Ponto Novo, cidades com menos de quarenta mil habitantes, é que no Recôncavo da Bahia existe uma articulação do movimento LGBT, de pessoas *gays* organizadas, um movimento de Paradas do Orgulho, e a presença da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) como aspecto mobilizador e público da cena gay local.

A UFRB, e mais especificamente o Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) que está localizado em Cachoeira, não só contribuiu para que a cidade passasse a ser ocupada por pessoas LGBT que vinham à universidade, como também instituiu processos discursivos e intervenções sociais, artísticas e culturais a partir dos grupos de pesquisa e estudos em gênero e sexualidade alocados na universidade. Direta e indiretamente havia uma relação entre a presença de pessoas LGBT na universidade e o processo de vivência afetivo-sexual que se reconstruía na cidade pela presença de estudantes universitários vindos de diversos lugares do Brasil.

O Centro de Artes, Humanidades e Letras é um dos sete centros de ensino da UFRB que ficam no interior da Bahia na região do Recôncavo Baiano. Em funcionamento desde 2006, o CAHL conta com cursos de graduação em Artes Visuais, Ciências Sociais, Cinema e Audiovisual, Comunicação Social, Licenciatura em Artes Visuais, Licenciatura em Ciências Sociais, Licenciatura em História, Museologia, Publicidade e Propaganda, Serviço Social, e Tecnologia em Gestão Pública, além de cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, todos ligados a áreas de humanidades. Por se tratar de um campus de artes e humanidades o CAHL sempre foi conhecido como o centro que melhor acolhia pessoas LGBT e fazia o debate sobre questões de gênero e sexualidade que se instituía tanto pela presença de estudantes *gays* e lésbicas, quanto pela existência de grupos de pesquisa que faziam investigações na área.



Encontrar outras pessoas *gays* e lidar abertamente com as sexualidades consideradas dissidentes, algo que passa a ser comum em Cachoeira e no CAHL, e em alguma medida também em Muritiba, por meio da chegada de estudantes *gays*, se torna um processo definidor da reconstrução das identidades gay a partir dessas referências que até então eram impossíveis para muitos desses jovens em suas cidades natais (SILVA, 2017).

Em Ponto Novo e no território do Piemonte Norte do Itapicuru não há uma cena gay local instituída, não existem Paradas do Orgulho, tampouco movimentos organizados. Há poucos casais LGBT assumidos e a tônica subalterna e não pronunciada da vivência da sexualidade é aquela que predomina mesmo para pessoas que já saíram do armário. A homossexualidade não é debatida publicamente e o silêncio é quase sempre quebrado pela cobrança, vigilância e punição a comportamentos que destoem do socialmente esperado pela heteronormatividade.

Já em Caruaru/PE, que é uma cidade de médio porte e, portanto, maior que as anteriores, há mais possibilidades de livre expressão da sexualidade, embora também seja permeada por diversas manifestações de violência. Do ponto de vista cultural, o moderno e o tradicional se cruzam, produzindo contradições e complexidades no manejo da vida sexual e afetiva de *gays*. Caruaru é reconhecida pela sua vocação econômica, fazendo parte de um importante polo de confecções e sendo sede de uma das maiores feiras ao ar livre do país. Também é conhecida pelas festas juninas, pela relação com o ritmo musical forró, pela forte presença de igrejas católicas e evangélicas e pela produção de artesanato popular, exportado para diferentes países.

A cidade também possui um importante polo universitário da região Agreste do estado, composto por diferentes cursos e faculdades da iniciativa privada e um campus público da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), que foi interiorizado no ano de 2006. O Centro Acadêmico do Agreste possui cursos de graduação em diferentes áreas científicas, com destaque para a Licenciatura em Pedagogia (obtendo ótima avaliação institucional no MEC), a Licenciatura Intercultural Indígena e, mais recentemente, o Bacharelado em Medicina, entre outros. Além disso, possui alguns cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* em nível de Mestrado e recentemente teve uma proposta de Doutorado em Educação aprovada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), agência federal vinculada ao MEC responsável pela Pós-Graduação no Brasil.



Esse polo universitário, além de contribuir pra formação profissional de jovens em busca de inserção no mercado de trabalho, desenvolve diversos projetos de extensão, impactando socialmente na localidade e atraindo várias pessoas de cidades menores e vizinhas a Caruaru. O município também sedia uma expressiva mobilização empresarial, possuindo diversos shoppings, lojas, galerias e salas comerciais e conta com diversos motéis, possibilitando a vivência de práticas sexuais consideradas abjetas. O conjunto desses elementos apresentados promove uma efervescente cena gay, embora não sem violências e resistências. Como dito, o tradicional ainda é muito forte num território onde o moderno tenta se estabelecer. E apesar disso tudo, ainda é possível notar o desejo de parte dos *gays* de migrarem para a capital, Recife, ou outros centros urbanos que assegure mais liberdade e mais chances de carreira.

O principal dilema encontrado na construção da vivência gay, onde as questões das sexualidades e gêneros dissidentes não emergem publicamente, se dá justamente no campo das relações afetivo-sexuais, ou mais especificamente na falta dessas relações e o quanto isso proporciona uma vivência solitária e subalterna. As relações sócio-afetivas são marcadas pela manutenção e reprodução de uma performance de gênero e sexual heterossexualizada, que se estabelece como resposta às vigilâncias e violências simbólicas.

Ao mesmo tempo, as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo, mesmo que marginalizadas, desde locais às formas como/onde/com quem aconteciam, não deixam de ser abundantes e diversificadas, tal qual relatam Ferrari e Barbosa (2014) em investigação similar realizada na cidade de Leopoldina em Minas Gerais:

Muitos adolescentes e jovens que identificam em si desejos considerados desviantes, vivendo em sociedades onde há poucas referências, como a de Leopoldina, e ignorando a historicidade e espacialidade da “homossexualidade”, falam de um certo sofrimento, medo e culpa. Sofrimento que pode levá-los à depressão, à fuga para cidades maiores, ou ainda a tornarem-se adultos exercendo seus prazeres clandestinamente, escondidos e levando vida dupla (FERRARI; BARBOSA, 2014, p. 218).

Nesse ponto, é possível retomar a discussão proposta por Parker (2002) para pensar a instituição dos guetos e lugares subalternos como espaços de vivência e livre expressão da sexualidade. A inexistência de espaços públicos e privados de sociabilidade, e as normas sociais que



oprimem demonstrações públicas de afeto acabam contribuindo para que a vivência da sexualidade em locais não destinados às práticas sexuais seja algo comum na experiência gay interiorana, a exemplo dos terrenos abandonados, das construções, dos lugares escuros, perigosos e essencialmente não públicos.

Mesmo esses guetos, que nos trabalhos de Richard Parker (2002) e Macrae (2018) se constituem de modo coletivo, na experiência gay interiorana ocorre de maneira individual e solitária, indo desde a impossibilidade de beijar em público e manifestar abertamente sua sexualidade, à dificuldade de manter relações sexuais em lugares não-marginalizados e subalternos. Assumir uma sexualidade dissidente, assumir-se lésbica ou gay não é também garantia de vivência pública da sexualidade, mas sim um passe livre para as violências física e simbólicas, o que em alguma medida condiciona a solidificação dos armários.

A solidão afetivo-sexual, a dificuldade de constituição de uma rede de apoio, a ausência de referências, e a vivência afetivo-sexual privada demarcam fortemente a experiência LGBT em algumas cidades onde não houveram intervenções político-culturais do movimento e do Estado, a exemplo do que acontece nas cidades do Recôncavo da Bahia.

As violências se manifestam, especialmente, de maneira simbólica, devido justamente a ausência de relações afetivo-sexuais públicas de pessoas LGBT, assim como a ausência de performances de gênero e sexualidade dissidentes que são condicionadas e inibidas pela violência simbólica e pela vigilância heteronormativa. A manutenção do armário para muitos jovens *gays* do interior funciona como uma alternativa de se ocultar e se omitir dos processos violentos de enfrentamento das suas identidades.

Estar no armário, ou forçar a construção destes, contribui e legitima a opressão das relações não-heterossexuais (SEDGWICK, 2007), compactua com a consolidação da norma, e oprime em igual medida a quem teve ou não sua sexualidade escancarada. Na ausência de políticas públicas efetivas que proporcionem a transformação desses espaços, as realidades interioranas ficam condicionadas a movimentos e transgressões individuais, que muitas vezes são operadas fora desses interiores, num movimento que tem ainda levado jovens LGBT a projetarem nas capitais e grandes centros urbanos, longe de suas famílias, a possibilidade de vivência e expressão da sua sexualidade, um





movimento que Ferrari e Barbosa (2014) chamam de “êxodo homossexual”.

Segundo Silva (2017), essa dualidade do armário nas relações afetivas, familiares e sociais era algo que definia a experiência de estudantes universitários *gays* e lésbicas que viviam em Cachoeira em função da universidade. Em duas investigações realizadas no campus da UFRB em Cachoeira, Silva (2017) verificou que a maior parte dos e das estudantes que vivenciavam suas sexualidades no campus universitário ainda estavam no armário para suas famílias e comunidades de origem (SILVA, 2017).

A vinda para a universidade, ou mais especificamente para o Centro de Artes, Humanidades e Letras, onde esse debate e vivência tem sido instituído por alguns estudantes, provoca então múltiplas rupturas para os estudantes recém-chegados. A saída do armário, a entrada em movimentos sociais LGBT, a transformação na forma de se vestir, as mudanças nas relações familiares, são algumas das alterações provocadas pelos processos de reconhecimento e aceitação, que só foram possibilitados após o ingresso no ensino superior (SILVA, 2017, p. 123)

Percebe-se que a constituição de redes de apoio, a presença de outras pessoas LGBT, o afastamento da família e a conformação de uma cena LGBT local são definidoras no processo de constituição da identidade e do orgulho entre pessoas LGBT. A falta de referências, assim como a ausência de um debate sobre diversidade – seja ele através da educação ou simplesmente pela presença de pessoas sexo-diversas – contribui com os processos de solidão e solitude de pessoas *gays* no interior e dificulta a instituição de redes de sociabilidade LGBT nesses lugares e, portanto, o exercício da cidadania.

## **Politizando a experiência: notas conclusivas**

Os movimentos feministas de segunda onda forjaram o pensamento “o pessoal é político” com o objetivo de discutir temas relacionados a experiência de ser mulher na sociedade norteamericana (SARDENBERG, 2018). Segundo Sardenberg (2018), as mulheres que se encontravam para compartilhar as suas experiências e vivências afetivas, sexuais e familiares, constataram que relações de poder não só atravessavam a sua existência, como as colocavam em posição de desigualdade.



A segunda onda do feminismo usou a experiência e a vivência das mulheres como instrumentos para reflexões coletivas e estratégias de luta. Elas questionavam e instituíam o debate sobre as condições de vida das mulheres. Havia entre as ativistas o estímulo de politizar a vida pessoal e compreender a experiência de ser mulher dentro das estruturas de poder injustas. Desde então, a experiência tem sido politizada na sociedade, no movimento e na teoria feminista, possibilitando a construção de saberes e a produção de ativismos que transformem contextos sociais injustos e violentos.

Na ausência de políticas públicas que garantam a cidadania de pessoas LGBT, que estimulem discussões sobre gênero e sexualidade na escola e demais espaços públicos, e que promovam a diversidade sexual e de gênero, acreditamos que politizar e publicizar a experiência LGBT em contextos interioranos seja um caminho de transformação social dessas realidades e de muitas vidas no chamado “Brasil profundo”.

A produção das identidades e a vivência das sexualidades nos contextos interioranos aqui relatados foram permeadas por preconceitos e processos de vigilância e disciplina sobre os corpos, gêneros, sexualidades e performances dissidentes. Na medida em que alguns territórios, a exemplo de cidades do Recôncavo da Bahia e determinadas regiões de Caruaru, fornecem condições de existências *gays* construídas a partir da mobilização de pessoas LGBT organizadas ou não em movimentos sociais. Outros lugares, a exemplo do que foi relatado na cidade de Ponto Novo, ainda carecem do rompimento das barreiras que continuam solidificando os armários e produzindo subalternidades.

Em todos os contextos apresentados há a incidência da violência, assim como é possível mapear e identificar desdobramentos locais da LGBTfobia, seja em sua expressão espetacularizada, através de insultos públicos, chacotas e violências físicas, seja em seus contornos cotidianos, promovendo silenciamentos e privações. Entretanto, aquilo que difere nessas experiências interioranas é a forma como a violência tem sido enfrentada, o modo como as estratégias de resistência e sobrevivência têm sido gestadas a fim de que as identidades não cis-heterossexuais sejam visibilizadas.

A partir das nossas experiências, politizadas e engajadas, e debatidas na mesa “Ser ‘Gay’ de Interior: vivências, existências e resistências político-afetivas”, traduzida nas reflexões presentes nesse texto, identificamos que a presença de pessoas LGBT e a articulação de



movimentos sociais pró-diversidade contribuem para a livre construção da identidade e para a vivência e expressão de gêneros e sexualidades dissidentes em contextos interioranos.

Acreditamos, finalmente, ser necessário que sejam criadas condições de livre expressão e vivência das sexualidades a partir das próprias realidades interioranas, em diálogo com o que já vem sendo produzido sócio-culturalmente pelas comunidades locais sem que sejam impostos modelos de vidas, ativismos e sociabilidades cosmopolitas. O caminho que visamos para o tensionamento das estruturas normativas que impedem a manifestação e desprivatização dos afetos e das afetações LGBT implica na politização e publicização das múltiplas experiências de vida. É também isso que buscamos realizar por meio deste artigo.

## Referências

- BARROS, Ana Maria de. *Clientelismo e educação: os educadores e a educação municipal no Nordeste*. João Pessoa: Ideia, 2002.
- BARROSO, Renato Régis. *Pajubá: o código linguístico da comunidade LGBT*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Letras e Artes/UEA. Manaus, 2017.
- CASTELLS, Manuel. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*, vol. 2, Rio de Janeiro: Paz e terra, 1999
- DA SILVA ZACARIAS, Vinícius Santos. Notas etnográficas sobre homens negros balizadores de fanfarra em salvador. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, v. 5, n. 2, p. 192-215, 2019.
- FEITOSA, Cleyton. Barreiras à ambição e à representação política da população LGBT no Brasil. *Revista Ártemis*, v. 24, n. 1, 2017.
- \_\_\_\_\_. *Políticas públicas LGBT e construção democrática no Brasil*. Curitiba: Appris, 2017.
- FERRARI, Anderson; BARBOSA, José Gabriel Couto de Viveiros. Homossexualidades masculinas e cidade pequena. *Bagoas: Estudos gays, gêneros e sexualidades*, v. 8, n. 11, 2014.
- FRANÇA, Isadora Lins. “Cada macaco no seu galho?”: poder, identidade e segmentação de mercado no movimento homossexual. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, n. 60, 2006.



- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Editora Companhia das Letras, 2012.
- MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”*. Salvador: EDUFBA, 2018.
- MACRAE, Edward. Em defesa do gueto. *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. São Paulo: Unesp, p. 291-308, 2005.
- MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno de; MAROJA, Daniela. Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil? *Revista Sociedade e Estado*, v. 27, n. 2, 2012c.
- MELLO, Luiz; BRAZ, Camilo; FREITAS, Fátima Regina Almeida de; AVELAR, Rezende Bruno. Questões LGBT em debate: sobre desafios e conquistas. *Sociedade e Cultura*, v. 15, n. 1, 2012a.
- MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAROJA, Daniel. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. *Cadernos Pagu*, v. 39, 2012b.
- MELLO, Luiz; PERILO, Marcelo; BRAZ, Camilo; PEDROSA, Cláudio. Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, n. 9, 2011.
- NASCIMENTO, Érico; FERNANDEZ, Osvaldo. Espaços de sociabilidade homossexual em salvador: há um gueto gay? In: Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2010, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: Enecult, 2010. p. 1-15. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/wordpress/24920.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2020.
- PARKER, Richard. *Abaixo do Equador: culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil*. Rio de Janeiro. Editora Record. 2002.
- PERLONGHER, Nestor. *O negócio do michê*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SANTOS, Émerson. *LGBTfobia na educação e a atuação da gestão escolar*. Curitiba: Appris, 2019.
- SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar. O pessoal é político: conscientização feminista e empoderamento de mulheres. *Inclusão Social*, v. 11, n. 2, 2018.



SCHULMAN, Sarah. Homofobia familiar: uma experiência em busca de reconhecimento, *Bagoas: Estudos gays, gêneros e sexualidades*, v. 4, n. 5, 2010.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*, n. 28, p. 19-54, 2007.

SILVA, Elder. *Trajetória, permanência e afiliação de estudantes LGBTS na UFRB: a transformação do estigma em orgulho*. Dissertação de Mestrado. UFBA. Salvador, 2017.

DA SILVA, Vinícius Santos. *Etnografia da Fechação: performances de homens negros balizadores de fanfarra na Bahia*. Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. 124 f. Cachoeira, 2019.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?*. Editora UFMG, 2010.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 4<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

WIRTH, Louis. *O urbanismo como modo de vida*. Tradução de Marina Corrêa Treuherz. O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 97-122, 1967.



## Réflexions critiques de la table-ronde "Être 'gay' de la campagne": expériences, existences, et résistances politico-affectives

**RÉSUMÉ:** La table-ronde, reflétée de manière critique dans cet article, a été présentée par trois "gays" de la campagne signent également la paternité du texte et mènent actuellement des recherches doctorales sur la (ré) existence des LGBT dans les domaines éducatif, politique et culturel. Sur la base de leurs expériences à la campagne, les auteurs reflètent ce que c'est que d'être homosexuel de la campagne et les obstacles rencontrés pour l'exercice de la citoyenneté et la mise en place de réseaux de sociabilité. La discussion se développe en trois moments. Tout d'abord, nous avons discuté des obstacles à la citoyenneté masculine homosexuelle à la campagne. Ensuite, nous réfléchissons sur nos expériences dans trois contextes intérieurs différents. Enfin, nous prenons position sur l'importance de politiser l'expérience comme modus pour transformer les lieux dans lesquels nous vivons.

**MOTS CLÉS:** Réseaux de Sociabilité. Homosexualité. Citoyenneté LGBT.

### **Cleyton FEITOSA**

*Doutorando em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGDH). Licenciado em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco/Centro Acadêmico do Agreste (UFPE/CAA). Autor do livro "Políticas Públicas LGBT e Construção Democrática no Brasil" (Appris, 2017). É membro do Grupo de Pesquisa Resocie - Repensando as Relações entre Sociedade e Estado (CNPq). Natural de Caruaru/PE.*

### **Elder Luan dos Santos SILVA**

*Doutorando em Gênero Mulheres e Feminismo pela Universidade Federal da Bahia (PPGNEIM). Mestre em Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade pela Universidade Federal da Bahia (PPGEISU). Licenciado em História pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/Centro de Artes Humanidades e Letras (UFRB/CAHL). É membro do Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação (GIR@/CNPq). Natural de Ponto Novo/BA.*

**Vinícius Santos da Silva ZACARIAS**

*Doutorando em Estudos Étnicos e Africanos (POSAFRO/UFBA). Mestre em Ciências Sociais (PPGCS/UFRB), especialista em Gestão e Política Cultural (PPGCULT/UFRB) e bacharel em Museologia (UFRB). É membro do grupo de pesquisa Territorialidade, Patrimônio e Violência no Recôncavo da Bahia (TPV Recôncavo), coordenado por Prof. Dr. Osmundo Pinho e Conselheiro Estadual LGBT. Natural de Muritiba/BA.*

*Recebido em: 29/06/2020*

*Aprovado em: 13/10/2020*